

ACESSIBILIDADE DO ALUNO COM PARALISIA CEREBRAL AO ENSINO FUNDAMENTAL EM GOIÂNIA

Yvone Portilho do Nascimento, Vera Aparecida Saddi

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS E SAÚDE

Introdução

A proposta deste estudo foi a de verificar se a acessibilidade oferecida aos alunos com paralisia cerebral pelas escolas da rede pública de Goiânia está assegurando a participação efetiva dos mesmos nas salas de aulas, garantindo sua aprendizagem, tendo seus direitos constitucionais resguardados. Teve como objetivo geral verificar se as leis e políticas públicas relacionadas ao assunto estão sendo integralmente cumpridas. Os objetivos específicos se direcionaram à identificação e verificação da aplicação das leis e políticas públicas relacionadas à acessibilidade propostas pelo MEC, considerando os aspectos arquitetônicos e pertinentes ao uso de computadores, à alimentação, à matrícula, ao recreio, às atividades extraclases, ao transporte residência-escola-residência e ao aprendizado propriamente dito. Pretendeu-se também identificar e analisar as concepções dos docentes, assim como as maiores dificuldades enfrentadas pelas escolas e pelos professores.

Métodos, procedimentos e materiais

Trata-se de um estudo transversal, realizado por meio de análise descritiva sobre questões relacionadas com a acessibilidade de crianças com paralisia cerebral à rede regular de ensino do ponto de vista de seus professores, dentro do Programa para a Diversidade numa Perspectiva Inclusiva. As questões investigadas foram abordadas mediante a aplicação de questionários fechados, contendo perguntas relacionadas ao pensamento e atitudes do professor sobre seus alunos com paralisia cerebral e sua acessibilidade à escola. Após colher e analisar os dados, foi possível descrever o quadro real de acessibilidade das crianças com paralisia cerebral à rede pública de ensino fundamental, em Goiânia, propondo discussões junto à coordenação do Ensino Especial e Educação Inclusiva e às escolas. A amostra foi composta de 52 professores de 29 escolas, que responderam 52 questionários, sobre 52 alunos.

Resultados e discussão

Sobre a orientação de outros profissionais, 13% dos professores receberam orientação regular do fonoaudiólogo e 4%, do terapeuta ocupacional. No conhecimento da patologia, 80% desconheciam a classificação quanto ao tipo e grau. Os alunos com PC pareceram diferentes para 81% dos professores, porém, 96% consideraram que eram crianças como outras quaisquer. As escolas apresentaram acessibilidade arquitetônica na entrada, nos corredores, nas salas de aula e nos banheiros, mas, quanto ao mobiliário, havia pouca acessibilidade nas salas de aula e nos banheiros. Quanto à matrícula, 64% dos professores relataram que os pais chegavam à escola e procediam à matrícula. As crianças com PC saíam para o recreio junto com os outros alunos (92%), mas apenas metade participava das brincadeiras. Todas as crianças com PC participavam das atividades extraclases, tendo transporte e cuidador oferecidos pela escola. Eram utilizados métodos especiais de aprendizagem (81% dos professores) e de avaliação (70% dos professores). Apenas 6% dos alunos tinham sucesso nas atividades das aulas. Havia interesse dos professores (92%) e dos alunos (76%) no uso do computador, 73% das escolas dispunham deste recurso, contudo, não havia um profissional encarregado das adaptações, na visão de 68% dos professores. Na comunicação, 90% dos alunos utilizavam a fala. A escola providenciava auxílio para alimentação (54%). Não havia acessibilidade urbanística (32%) e nenhum dos alunos com PC utilizava o ônibus acessível.

Conclusão e referências

A rede estadual de ensino fundamental de Goiânia encontra-se avançando nos aspectos relacionados à acessibilidade, porém não de forma linear. Os pontos fortes são os ligados à capacitação dos professores, à matrícula, à acessibilidade arquitetônica aos edifícios, à realização de atividades extraclases. Os pontos fracos dizem respeito às atitudes do professor, às adaptações no mobiliário, ao uso do computador como recurso pedagógico, à comunicação, à alimentação, ao recreio, ao trajeto residência-escola-residência e ao aprendizado propriamente dito.

ALVES, A.C.J.; MATSUKURA, T.S. A tecnologia assistiva no contexto da escola regular: relatos dos cuidadores de alunos com deficiência física. *Distúrb Comun*, São Paulo, v.23, n.1, p. 25-33, abr., 2011. BAX, M.; GOLDSTEIN M.; ROSENBAUM, P.; LEVITON, A.; PANETH, N.; DAN, B.; JACOBSSON, B.; DAMIANO D. Proposed definition and classification of cerebral palsy. *Dev. Med Child Neurol*. v.47, n.8, p.571-6, Aug. 2005. BRASIL. Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 9.050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. RJ, 2004b. BRASIL. Decreto-Lei nº 6.571, de 17/09/2008. Atendimento Educacional Especializado (AEE). D.O.U., 18/09/2008. GOMES, D. B. Programa estadual de educação para a diversidade – numa perspectiva inclusiva no estado de Goiás – PEEDI. In: *Ensaio pedagógico – construindo escolas inclusivas*. Brasília: MEC/SEESP, 2005. p. 66-70. HOLLENWEGER, J. Teacher's ability to assess students for teaching and supporting learning. *Prospect* v.41, p.445-57, 2011.

Palavras-chave: Acessibilidade; leis; ensino fundamental; paralisia cerebral; inclusão escolar.

Fomento: FAPEG

Contato: yportilho@hotmail.com